

A COMUNA JUDAICA DO PORTO NA IDADE MEDIA

I

A cidade do Porto, mundialmente famosa por nela se encontrarem es armazens do afamado vinho do Porto é de fundação muito antiga. Num dos seus morros alcantilados —o da Pena Ventosa—nos tempos anteriores a romanização da Península Ibérica albergou um núcleo populacional que deu origem ao burgo Portuçalense. Próximo desse morro, mas já na zona ribeirinha do rio Douro, surgiu a povoação de Cale que, conjuntamente com o povoado assente mais acima, mas já a confundir-se com este, os romanos apelidaram de Portucale.

Nos principios de século V, pelos desfiladeiros dos Pirenéus descem formigueiros de povos ignotos penetrando no corpo meio apodrecido do Império Romano. São as migrações dos Suevos e Alanos que virão a constituir os primeiros Godos. Assediam as cidades, fixam-se num ou noutro vale, degladiam-se entre si, estabelecendo-se uma era de confusão e terror. No meio de toda esta crueldade bárbara apenas uma força se mantem - a hierarquia da Igreja nascente. Mas, a pouco e pouco, a difficil coabitación torna-se uma realidade, levando o invasor germanico a cruzar-se com o fundo celta do nativo galaico-duriense, constituindo-se, deste modo, a primeira monarquia bárbara do ocidente, cuja cabeça seria, a princípio, Bracara e, depois, Cale. Um dos primeiros monarcas suevos, Requiário, vencido por Teo-

dorico, rei dos Godos, no ano de 456, perto de Samora, refugia-se nos muros de Cale. A monarquia galaico-sueva que sobreviveu cerca de cento e cinquenta anos foi absorvida, nos finais do século VI, pela monarquia visigótica de Toledo, após uma rápida campanha dirigida por Leovigildo.

A elevação de Portucale à categoria de sede duma diocese mostra bem a importancia deste futuro embrião da cidade do Porto.

As dissidencias que minavam a monarquia visigoda levaram esta ao seu declínio final. Um pequeno exercito constituido por berberes marroquinos enquadrados por árabes sob o comando de Târique, desembarca, em 711 no sul da Península e, com a ajuda de alguns godos, faz em pedaços as forças que o último rei godo pretendia opor-lhe. O émir de Africa (Musa) atravessa o estreito de Gibraltar, acode com novas vagas de invasores da Mauritânia e, em rápidas e fáceis campanhas, assenhoriam-se da Península, dominando os cristãos do reino visigodo, com excepção dos que se refugiaram na região montanhosa das Asturias e nos territórios de Entre-Douro-e-Minho. Mas no ano de 716 surge uma nova onda guerreira comandada por Abde Ibn Muça que conquista Coimbra, Portucale, Bracara e Tui. A maioria da população foge para as montanhas aguardando a retirada dos hostes de Mafoma. A ocupação muçulmana na região galaica foi relativamente efémera. Afonso I, rei das Asturias, descendente do famoso rei D. Pelaió, desce dos Cantábricos e resgata Bracara e Portucale do domínio árabe levando consigo todos os habitantes cristãos criando assim, um ermamento, ou seja uma *zona de ninguém* entre o seu reino e o invasor.

Mais de um século teria jazido ao abandono o território de Portucale, até que na segunda metade do século IX Vimara Peres com outros cavaleiros neogodos conseguiu afugentar para o Sul os sarracenos.

Após a retirada intensifica-se a Reconquista cristã empreendida pelos monarcas leoneses. No inicio dessa Reconquista, os judeus mantiveram a situação favorável em que anteriormente se encontravam entre os estados árabes, chegando a desempenhar cargos importantes, fazendo parte do exercito o servindo de intermediários habituais nas negociações com os mu-

gulmanos. Os "Fueros" concediam iguais direitos aos Judeus e aos Cristãos.

II

Restaurada a cidade e a diocese do Porto, depois de destruída a primeira e extinta a segunda pela invasão dos mouros, foi erecta a nova Sé Catedral no mais alto da cidade, dentro da cerca de muros do seu antigo castelo.

As doações e privilégios concedidos à mitra portuense pela Rainha D. Teresa, aumentados excessivamente pelo Rei D. Sancho I, promoveram desde inicio oposições e desinteligências entre o povo e o bispo, e mais tarde entre este e o soberano, que chegaram a rebentar em sérios conflitos e graves discórdias. Os prelados, na sua qualidade de senhores da cidade do Porto, arrecadavam os direitos sobre todos os géneros e mercadorias, que entravam pela foz do Douro, e lançavam impostos a seu belo prazer sobre os habitantes.

Depois de se queixar repetidas vezes, e sempre debalde, de lhe infringirem os privilégios consignados no foral dado à cidade pelo bispo D. Hugo, em tempo da Rainha D. Teresa; depois de vivos queixumes contra os rigores da jurisdição eclesiastica e contra o excesso dos impostos, a povo, amotinado e furioso, acometeu o paço episcopal. Governava então a diocese portuense o bispo D. Martinho Rodrigues, que cingiu a mitra em 1227.

O rei português D. Afonso II, em cujo reinado se passou a invasão do paço e a prisão pelo povo, do respectivo bispo, começou a coarctar as demasiadas regalias e privilégios, que os seus antecessores, e ele próprio no principio do seu governo, haviam concedido aos bispos. Entretanto, quando viu empenhada a luta entre o bispo do Porto e os populares ficou neutral e nem sequer se embaraçou com a prisão do prelado.

Ao fundar-se a monarquia portuguesa os judeus gozavam dentro do território nacional, uma quáse igualdade com os seus pares cristãos. Havia grande extensão de território ermo, daí a necessidade de deitar mão, mesmo a elementos estranhos para que o colonizassem. A tolerância com que eram tratados a par das mercês com que eram destacados os judeus mais importantes, arrendando-se-lhes a colecta dos impostos, nomeando-os fi-

sicos da corte, etc., fez com que a população judaica proliferasse de tal ordem que chegaram a constituir povoados seus. De principio além de um certo número de povoados que lhos eram exclusivos, viviam nas cidades e vilas entre os cristãos, mas mais tarde, devido aos conflitos entre os naturais e esses elementos estranhos, fez com que os reis portugueses os obrigassem a viver em bairros separados. Assim surgiu o *ghetto* que em Portugal se denominava judiaria - recinto fechado e guardado por sentinelas, de onde não podiam sair de noite sob a ameaça de incorrerem em graves penas. Aos cristãos também não era livre a entrada nas judiarias, afim de evitar relações amorosas entre os individuos das duas crenças. Sobre a judiaria incidiam tributos discriminatórios tais como o *Genesim*, a *Juderega*, o *Arabia-do*, a *Sisa Judenga*, etc. As judiarias eram populosas e ali residiam, não apenas famílias pobres, mas também fisicos, mercadores, adeleiros, alfaiates, sapateiros, rabinos, em suma, homens de todos os officios. Os judeus tinham liberdade de praticar os actos do seu culto dentro da judiaria e exerciam o comércio dentro e fora dela. Mas apesar de haver um convívio acentuado entre judeus e cristãos, no Portugal medievo, todavia para os naturais de religião cristã, os judeus eram elementos estranhos à nação. E isso pelo facto de que na Península a ideia de Pátria andou sempre ligada a algo de religioso, na medida em que essa pátria se conquistava com a fé e pela fé. Pátria, em última análise, era portanto onde viviam os que professavam a mesma fé.

III

O espirito liberal dos naturais da cidade do Porto, muito ficon a dever ao contacto permanente com os judeus. Essa interpenetração, com individuos de cultura e crença diferente, levou os portuenses a criarem um espirito de tolerancia e compreensão que tem sido seu apanágio desde há séculos. Apesar da inegável influência do direito canónico, a religião, entre os habitantes do Porto, não impediu nem prejudicou seriamente os contactos mútuos, as inter-relações grupais. O povo não levava muito a sério as proibições dos representantes da Igreja a ponto, conforme atrás citamos, de até invadir o paço e prender o

seu bispo e os monarcas portugueses foram muitas vezes recriminados de Roma por favorecerem os judeus.

Ora a existência de judeus no Porto data de tempos muito remotos. No morro alcantilado da Pena Ventosa onde surgiu o Porto primitivo, segundo declara um documento do Arquivo Distrital, "o *Senhor Bispo D. Afonso Pires* (falecido em 1362) *deu à mesa capitular umas casas nesta rua* (antiga das Aldas e actualmente de Santana) *tempo em que se chamava sinagoga*". Daqui se infere que até à segunda metade do século XIII tinham uma casa de oração na antiga Rua das Aldas, hoje de Sant'Ana. Assim o afirma certa escritura do cabido que se conserva no Arquivo Distrital, como já dissemos.

O primitivo burgo foi crescendo e a população começava a sair da sua antiga cinta de muralhas, que as vicissitudes da guerra abalaram ou destruíram, muros esses que quase se limitavam ao cabeço da Pena Ventosa.

Doutro documento, do século seguinte, consta que essa casa de oração se transferira para um prédio de aluguer, na Rua da Minhota. No reinado de D. Dinis (1279-1325) foi construída uma sinagoga na judiaria de Monchique que ficava fora de portas da cidade. Nesse edifício foi colocada uma lápide em granito com uma inscrição em lingua hebraica a qual existe actualmente no Museu Luso-Hebraico da cidade portuguesa de Tomar.

Podemos pois afirmar de que os judeus existem no Porto desde longa data, mantendo-se subordinados ao Bispo da cidade até ao tempo de D. Dinis. A ele pedem autorização para aqui habitarem, além de lhe pagarem imposto.

Em 1386 D. João I ordenou à Câmara que assinalasse lugar aos judeus do Porto, no Campo do Olival para aí fazerem moradia. Ficava esta judiaria dentro de portas da cidade e aí formaram uma comuna com rabi e mais vereadores. Neste campo—monte sobranceiro a Belmonte— edificaram os Judeus a sua sinagoga e casas de morada, algumas magnificas na arquitectura e na decoração, ao longo de uma extensa artéria em L, que se denominou *Rua da Judiaria Nova do Olival*, como constava da verba de um prazo que nesta rua fez o Mosteiro de S. Domingos ao judeu Isaac Bicon, em 1407. D. João I, o monarca que no Olival juntara os israelitas portuenses, protegeu-os sempre, concedendo-lhes grandes privilégios, entre os quais, em 1390, o mui-

to estimável de não pousarem fidalgos na judiaria salvo quando o rei viesse à cidade.

Para defesa do bairro judaico, largos portões de ferro fechavam, à noite, o bairro israelita, onde todos tinham sua morada obrigatória. Disposição esta nem sempre cumprida, porque sabemos de judeus vivendo em Cimo de Vila sem que ninguém a tal se opusesse, conforme se vê dos documentos do Hospital de Cima de Vila, no cartório da Misericórdia do Porto.

Depois da construção da Judiaria do Olival, a da Minhota passou a ser designada pelo nome de *Judiaria Velha* ou *Judiaria de Baixo*.

O topónimo actual de Monte dos Judeus, na freguesia de Miragaia provém do cemitério israelita que ali existiu, nuns campos que para tal destino lhes emprazou o Cabido no ano de 1380.

São vários e variados os documentos relativos aos judeus do Porto que se encontram no Arquivo Municipal (Gabinete de História da Cidade) e por eles se pode, em parte, reconstituir a vida dos judeus portuenses.

I V

Em fins do século XIV a maior parte da Península encontra-se em situação de crise. Do ponto de vista económico, a peste, as aventuras militares e as contínuas revoltas enfraqueceram as monarquias espanholas. Em Portugal a estrutura política sofre forte abalo quando uma burguesia nascente se volta contra o poder da classe opressora. A burguesia judaica vê-se, então, identificada com a classe dominante, e sente os primeiros sintomas da luta competitiva que se esboçava. As comunidades judaicas alarmaram-se com a crise desencadeada, mas de um modo geral esta afectou apenas alguns casos individuais. O prestígio de que os judeus gozavam era ainda grande, sendo a sua força económica tida em consideração por D. João I, Mestre de Avis que arruou os judeus portuenses, num dos melhores pontos da cidade do Porto.

A Comuna Judaica do Porto, na Idade Média, apesar da sua modesta densidade populacional, em comparação às de outras cidades portuguesas, conforme se pode concluir pelas verbas

pagas pelas comunas dos judeus quando da expedição às Canárias em 1440, contribuiu contudo para o grande desenvolvimento do comércio de exportação da cidade do Porto. De que albergava, em seu seio, homens abastados e exímios nos grandes negócios, comprova-o a rica documentação existente nos Arquivos desta cidade e de entre a qual sobressai, além da referente aos judeus mercadores e armadores de navios, os nomes de Jusuf Ben-Abasis, Aben-Zagal e Jacob Baruch, o primeiro arrematante de impostos e os dois restantes arrendatários do rendimento da Alfandega e da sisa do peixe, situação que implicava possibilidades financeiras acima do vulgar.

Os judeus da Península Ibérica, como é geralmente sabido, constituíam sobretudo uma sociedade urbana, habitando em grande número as cidades do Centro e Sul da Espanha. Conjuntamente com venezianos, genoveses, catalães, castelhanos e portugueses, os judeus frequentavam os portos marroquinos chamando a si o comércio mouro com os países cristãos. A Ocidente eram ainda tímidos os contactos com o mar.

Com o fulcro do comércio através do Atlântico, dá-se a decadência das cidades do Sul de Espanha e, daí, os judeus, comerciantes por excelência, abandonarem estas para se irem fixar no litoral.

O Porto cidade, situa-se na margem direita do Rio Douro, ficando o velho Burgo, na sua encosta mais abrupta, assente no alcantilado morro granítico. Mas em breve saiu do ponto cimeiro espraiando-se a caminho do Oceano Atlântico. Gaia, local aprazível e com um bom ancoradouro, situada na margem Sul do Douro, antes da sua anexação ao Porto os seus moradores não pagavam portagem. Tenhamos em conta que o rio Douro oferecia, em relação aos outros rios desde o Minho até ao Vouga, a maior vantagem natural para o comércio marítimo e fluvial e a cidade do Porto, na sequência de Portucale, tomava a hegemonia: muito perto da foz de um grande rio, então navegável por mais de uma centena de quilómetros, fez com que cedo os homens do Porto e Gaia se aventurassem nas rotas dos normandos e dos cruzados até ao Norte da Europa.

Ora esta situação privilegiada fez com que grande número de mercadores aqui aportassem contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Os mercadores preferiram a margem direita

do rio Douro e aqui se estabeleceram com os seus cabedais. Mas aqueles que se transformaram em armadores de navios preferiram Gaia quer pela sua situação geográfica quer pelas regalias que ali usufruíam. Dai a fundação da judiaria de Gaia situada entre esta vila e a *Vila Nova a par de Gaia*, no local que ainda hoje é conhecido por *Altos dos Judeus*. Esta judiaria estava subordinada à Comuna Judaica do Porto.

Em data que se ignora, mas por certo no século XIII criou-se no Porto, a primeira Bolsa de seguros para acudir aos precalços da navegação e comércio dos barcos da praça do Porto com a Flandres, Inglaterra, Bretanha e Normandia. Foi de iniciativa dos armadores, e bem anterior à de Lisboa criada por D. Dinis.

Se muitos dos judeus, conforme se vê através dos documentos dos arquivos portuenses, se empregavam como artifices e outros ainda como físicos, um grande número dedicava-se ao comércio contribuindo assim para o desenvolvimento comercial de Burgo.

De facto, o Atlântico só alcançou uma valia pela navegação semelhante à do Mediterrâneo quando vieram as rotas dos nórdicos, e por seu turno, os portugueses foram da cidade do Porto ao comércio de Bruges e da Inglaterra.

Em 1194 naufragava na costa flamenga um barco português. Em Bruges, já antes do século XIII, existia uma feitoria portuguesa, a mais antiga da Flandres. A Inglaterra iam mercadores portugueses desde 1203, autorizados pelo rei João Sem-Terra. Em 1240, no tempo de D. Sancho II, era avultado o número de portugalenses que mercadejavam em França e na Flandres. Em 1238 cedeu aquele rei ao bispo e à Igreja do Porto, na escritura de concórdia, parte dos impostos sobre várias fazendas que as naves e barcos traziam do mar. Era a hegemonia do comércio do Porto compartilhada por um grande número de mercadores e armadores judeus. Nas inquirições de entre o Douro e o Ave, de 1258, há frequentes referências aos “mercadores de Portu”.

Confirma a complexidade da vida de então e a importância do comércio do Porto com o Norte da Europa a grande variedade de artigos de importação citados na lei de *almotacaria* do Minho até ao Douro, de D. Afonso III, em 1253.

Primeiro que o sal de Setubal tivesse renome, as salinas do

Vouga, do Leça e de outros rios do Noroeste português deram muito sal por séculos seguidos. E o sal era de boa qualidade e muito apreciado pela gente nórdica. Vendas de talhões de salinas no Rio Leça vêm referidas, em 1032, umas situadas em Matosinhos, outras em Guifões, lugares situados nos arrabaldes da cidade do Porto. Um documento de 1251 diz que o bispo aforava umas marinhas de Leça ao judeu Abraão Zagal pela renda de oito libras e duas galinhas. Ora na Idade Média o sal adquiria uma importância vital pois que além de se empregar directamente para condimentar os alimentos, constituía um dos ingredientes básicos para a conservação da carne e do peixe.

No ano de 1357 havia no Porto mais naves e navios do que nos outros portos de todo o país. E assim perdurou em grande valia o comércio marítimo do Porto até à ida a Ceuta (1415). Para a expedição aquela cidade do Norte de África o Porto contribuiu com quase metade das embarcações da frota.

D. Afonso IV, numa ordenação sobre os judeus, determinou que os israelitas que possuíssem 500 ou mais libras não podiam sair do reino sem sua licença. Esta medida causava muito transtorno aos judeus, que iam a França e outros países buscar mercadorias e levar produtos portugueses e por isso solicitaram do soberano a revogação dessa lei. Em 1354 D. Afonso atende-os com um novo decreto que se encontra contido no LIVRO GRANDE do Gabinete de História da Cidade.

E assim o Porto completara com o seu comércio muito desenvolvido —graças em grande parte ao elemento judaico— o quadro da vida de Entre-Douro-e-Minho em pequeno mundo autónomo. Em apagada semelhança os portuenses foram para o Atlântico do Norte como os fenícios para o Mediterrâneo. Só depois Lisboa se tornou centro comercial predominante. Apesar disso, a cidade do Porto, continuou em grande valia comercial pelo tempo fora.

Porto (Portugal) Julho de 1973

Amílcar Paulo.

Apêndice documental

Carta pera que nenhum judeu que haja conthia de 500 libras acima nom possa sahir do Reyno sem licença.

Dom Afonso pela Graça de Deus, Rey de Portugal e de Algarve a todolas justiças e almoxarifes e escrivães e portageiros do meu senhorio que esta carta virdes saude. Sabede que os judeus do meu senhorio me enviarom dizer que era por mim defeso que todo o judeu que houvesse de seu 500 libras ou de 500 libras acima que nom saisse fóra do meu senhorio sem meu mandado e dizem que se algum judeu que houvesse a dita quantia queria hir fora do meu senhorio que havia ante de vir a mim ganhar carta porque o deixassem ir fora del, e que em este recebiam gram perda, e que nom era nem serviço por que se algum judeu queriam ir fora do meu senhorio fazer suas mercadorias e haveram de vir a mim *hu* e o fosse ganhar sobresto de mim carta que *recrecia* a eles grande custa e perda e por esta razom se detinham a fazer muitas mercadorias e perdia eu muitas das rentas do meu serviço e pediram me sobrelo mercê, e eu vendo o que me pediam tenho por bem e mando a vos e a cada um de vós em vossos lugares que cada que algum judeu que de seu houver 500 libras, ou de 500 libras acima quizer sair fora do meu senhorio, que lhe nom pnhades embargo nenhum dando esse judeu ante fiadores arreigados a cada um desses que forem almoxarifes em cada uma comarca por *hu* esse judeu quizer sair do meu senhorio ou ali *hu* esse judeu for morador, que se obriguem que paguem a mim por ele todo aquelo que eu desse judeu haveria se vivesse no meu senhorio *unde al nom* façades, e os ditos judeus tenham esta carta dante em Lisboa 10 dias de Julho El-Rey o mandou por Mestre Lopo das Leys seu vassalo. Lourenço Martins da Caambra a fez de 1 e 300 e noventa e dois anos - *Do Livro Grande do Gabinete de História da Cidade.*